PROTAGONISMO FEMININO E DITADURA MILITAR NO BRASIL: O CASO ARAGUAIA

FEMALE PROTAGONISM AND MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: THE ARAGUAIA CASE

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior[1]

RESUMO: O presente artigo, realizado com apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil, é resultado dos estudos acerca da participação feminina em diferentes frentes de luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao longo das últimas décadas, importantes contribuições para se pensar o protagonismo feminino durante a ditadura passaram a ser produzidas, permitindo o surgimento de novas perspectivas e abordagens de análise. Assim, ao pensarmos a história das mulheres no referido período, devemos observar os códigos de conduta que as cerceavam e as práticas de resistência que rompiam tanto no cenário político, público, quanto cultural, patriarcal. Assim, o objetivo deste trabalho é discutir a participação e a resistência feminina na Guerrilha do Araguaia.
Palavras-chave: Mulheres; História; Guerrilha; Ditadura; Araguaia

ABSTRACT: This article, carried out with support from the Federal University of Mato Grosso do Sul Foundation - UFMS / MEC - Brazil, is the result of studies on female participation on different fronts to fight the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). Over the past few decades, important contributions have been made to thinking about female protagonism during the dictatorship, allowing the emergence of new perspectives and analytical approaches. Thus, when thinking about the history of women in that period, we must observe the codes of conduct that surrounded them and the practices of resistance that broke both in the political, public, as well as cultural, patriarchal scenario. Thus, the aim of this paper is to discuss female participation and resistance in the Guerrilha do Araguaia.
Keywords: Women; History; Guerrilla; Dictatorship; Araguaia

Introdução

[1] Docente da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS/CPCX). Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) desenvolvo estudos sobre a historiografia ditatorial, história das mulheres, ensino de história, história regional e local, Didática e metodologia de ensino e educação. Atualmente faço parte do Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade (LEGHI) ligado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados em conjunto com Cátedra Unesco e também do Laboratório de ensino de História e Letras ligado a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Coxim/MS.

Falar sobre a Ditadura militar brasileira e a participação feminina nesse período é uma dupla resistência em tempos como o atual. Frutos de nosso tempo, historiadores/as vem sofrendo todo tipo de negacionismo aos anos de pesquisas e fundamentações a que o trabalho historiográfico exige. Nessa perspectiva, a negação aos ocorridos durante a ditadura acabou sendo nos últimos anos uma bandeira que alas revisionistas seguem levantando. Dessa forma, dossiês e quaisquer tipos de manifestações neste momento se fazem importantes a seu combate.

Ao pensar sobre o período ditatorial brasileiro, devemos compreender que este não foi um momento linear, mas, dotado de embates entre Estado e oposição, e de rupturas em suas próprias estruturas internas. Isso se faz importante ao observarmos que existiam diferentes alas militares durante a ditadura, bem como embates nos projetos que os partidos de esquerda tinham para o país (ARAÚJO, 2001).

Ainda sobre os diferentes grupos militares, perdura-se na historiografia e diferentes estudos das ciências humanas, um conflito entre a denominada “linha dura” e uma ala “mais moderada”. Contudo, independentemente do grupo e das medidas tomadas nas mais de duas décadas de comando, sabemos que as ações repressivas se iniciaram já nos primeiros dias após o golpe de 1964, vide o incêndio na União Nacional dos Estudantes (UNE) no Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2014). No âmbito de seu cessar, este não se deu com a Lei de Anistia assinada em 1979, haja vista as ações de perseguição até os idos de 1985, ano este que se mostra quase que em consenso quanto o fim do período[2], no qual concordamos (ALVES, 2005).

No tocante a esquerda, ainda que lutando contra o mesmo algoz, é importante pontuar que os diferentes partidos, colocados na clandestinidade pela ditadura, tinham, na maioria das vezes, projetos distintos. Algo que gerou sua fragmentação e seus próprios embates (ARAÚJO, 2001). Do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por exemplo, saíram algumas dissidências ou militantes que

[2] Há algumas abordagens que pontuam que a o regime ditatorial brasileiro teria terminado com o fim do Ato institucional de nº5 em 1978, como o trabalho de Villa (2014). Também existem estudos como os de Codato (2005) que elevam o período até 1989, ano em que o primeiro presidente civil eleito democraticamente assume a presidência. Nessa abordagem, entende-se que a escolha de um civil por parte dos militares para a transição democrática, José Sarney (1985-1989), não é caracterizada como retorno á democracia de fato.

fundaram outras siglas, a exemplo do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Porém, ainda que em diferentes frentes ideológicas, entendemos que contribuíram nas reflexões críticas e ações que permitiram se não o enfraquecimento do regime, seu questionamento, característica muito comum de uma juventude que em parte pertencia aos quadros partidários daquele período.

Nesse cenário, muitas mulheres romperam com um ideário social e cultural que demarcava a politica como um espaço não destinado a elas, passando não apenas a se posicionar politicamente, como adentrando aos partidos, ainda que com a revelia de familiares e de próprios companheiros políticos (TELES, 2010). Como destaca Colling (1997), a repressão instaurada com a ditadura se utilizou de questões do "ser mulher" como pressupostos para práticas de tortura e tantas outras formas de expor sua insatisfação quanto a presença feminina na política. Assim, adjetivos como "puta comunista", "mulher macho" e "subversiva" são alguns exemplos que denotam reflexos machistas e misóginos, os quais deixavam claro como a presença feminina incomodava muitos agentes da repressão. Como destaca a referida autora,

> A humilhação, constante na relação da repressão com a mulher presa, é para tentar enquadrá-la em dois conceitos que socialmente diminuem a mulher: puta e comunista. Ser comunista é um desvio para homens e mulheres, mais ainda para as mulheres que estão fora de seu lugar, atuando na vida política; e prostituta, que sempre foi considerada uma mulher degenerada e corrompedora. Não bastando isso, outro conceito também desviante de mulher é aplicado, a de mulher-macho (...) (COLLING, 1997, p. 91).

Em relação à Guerrilha do Araguaia, o episódio marcado por muitos estudos como um dos maiores embates armados e mais duradouros do período, ocorreu na então região Norte do Brasil, entre os estados de Tocantins, Pará e Maranhão (CAMPOS FILHO, 1997). Discordante desde o final da década de 1950 com a postura e os posicionamentos da alta cúpula do PCB, o PC do B surge com uma "nova" forma de se encarar os rumos que o Brasil deveria seguir. Assim, ainda que a luta armada já viesse sendo pensada dentro do partido, as ações iniciaram efetivamente com os crescentes atos repressivos assinados pela ditadura já nos primeiros dias pós-golpe. Com isso, as perseguições se intensificaram e a clandestinidade foi a alternativa para a sobrevivência de muitas/os (CAMPOS FILHO, 1997). Nesse contexto, sessenta e nove militantes, dezesseis eram mulheres, se mudam para a região do Araguaia, sendo

divididos estrategicamente em três destacamentos, sendo eles A, B e C (MORAIS e SILVA, 2005).

No âmbito das mulheres que foram para o Araguaia, ao longo das últimas décadas, observamos que a discussão acerca de suas trajetórias e militâncias passaram a ter maior importância, algo observado nos estudos propostos pela academia (MAIA *et all*, 2004; GUERRA, 2006). Contudo, percebemos que ainda há uma predominância bibliográfica de biografias em voga da militância masculina, algo que muitas vezes acaba por pouco destacar ou invisibilizar ações femininas, as quais compreendemos como salutares para a resistência contra a ditadura e da construção da própria guerrilha do Araguaia.

A partir do exposto o presente artigo busca destacar as discussões acerca da história das mulheres, tecendo suas relações com a resistência á ditadura militar no Brasil, a partir do olhar específico para as guerrilheiras do Araguaia. Para isso, faremos uso de bibliografias sobre os temas relacionados à guerrilha, relações de gênero e história das mulheres.

As militantes e ditadura militar

Os estudos que abordam a participação feminina na ditadura militar no Brasil na academia iniciam com a pós-redemocratização, nos idos de 1990. Entre os pioneiros destacamos os produzidos por Ridenti (1990), Ferreira (1996), Colling (1997) e Carvalho (1998), os quais sob diferentes perspectivas metodológicas e áreas de estudo trazem contribuições, até então inéditas, sobre o tema. Porém, não podemos deixar de pontuar que obras memorialísticas, como "Memórias das mulheres do exílio", organizada por Albertina Costa *et al* (1980) e literaturas que mesclavam a ficção com os traumas do período, a exemplo de "Revolta das vísceras" de Mariluce Moura (1982) já haviam sido produzidas, em plena ditadura.

Em relação às produções acadêmicas pioneiras, ainda que sendo de áreas distintas, como a História, o Jornalismo, a Antropologia, trazem em comum o estigma que as mulheres militantes carregavam pelos seus engajamentos políticos. Assim, é possível observar como muitas militantes enfrentaram um dos momentos mais tenebrosos de nossa recente história, resistindo não apenas a

um regime político de exceção, mas, também a todas as representações e privações de uma cultura machista que as viam fora do campo privado, a casa (CONRADI, 2015).

A partir do exposto anteriormente, destacamos os estudos de gênero e da história das mulheres, importantes para compreender o período e os impactos na militância feminina. Sobre as relações de gênero, a partir de Scott (1995), a entendemos como aquela que se dá pela relação social entre os sexos, rejeitando justificativas biológicas, bem como a visão errônea que durante muito perdurou, atribuindo-a abordar apenas os estudos relacionados às mulheres. Quanto à história das mulheres, especificamente, compreendemos que entre suas principais contribuições, está o combate a visão de que as mulheres, em diferentes contextos, foram passivas nos processos históricos (PERROT, 1995). Segundo Tedeschi (2012):

> Incorporar a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas (TEDESCHI, 2012, p. 107).

Nesse aspecto, podemos reafirmar a o impacto dos estudos sobre a história das mulheres no Brasil, que como resultado vem desenvolvendo pesquisas acerca de diferentes temas, trazendo inúmeras problematizações e personagens femininas pouco ou sem qualquer menção na história, dita “oficial”. Nesse contexto podemos destacar, por exemplo, os estudos realizados por Joana Pedro, Margareth Rago, Mary Del Priori, Cristina Wolff, Ana Colling, Maria Matos dentre tantas outras pesquisadoras, e pesquisadores, que vem contribuindo para problematizações e a quebra de paradigmas na história.

Em relação a ditadura militar, compreender o termo resistência se faz necessário para analisarmos a presença feminina no período, uma vez que entendemos que tal terminologia deva ser aplicada de forma transcendente a política (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Essa visão parte do entendimento de que as mulheres resistiram não apenas há uma forma de poder político, mas, também a uma “cultura” moral e “conservadora” que definia os padrões e formas

de ser e agir. Segundo Ridenti (1990) o conceito de resistência aplicado à ditadura militar no Brasil se volta não a luta física propriamente dita, como foi no caso de guerras, mas em concepções ideológicas, culturais etc, inclusive nos atos de tortura. No caso das mulheres, traziam consigo toda uma construção do que era "ser mulher" para a época, algo que se voltava única e exclusivamente para os afazeres do lar. Assim, as ações "aceitas", por exemplo, ficaram a cargo das realizadas por mulheres na marcha da "Família com Deus e pela liberdade", tendo a prerrogativa de que tudo que estava fora dessa construção ideológica, era um ser desviante (COSTA, 2005).

Fazendo uso do que Foucault (1979) denominou biopoder, destacamos como as formas de poder vão sendo readaptadas e consequentemente exercem sua prática na vida das pessoas. Nesse caso, especificamente sobre as mulheres. Como menciona Butler (2003, p. 19) "(...) a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política". Com isso, entendemos como ao longo da ditadura militar no Brasil as mulheres militantes eram postas duplamente na ilegalidade, a jurídica, como subversiva, e a outra como militante política, desviante (CAVALCANTI JUNIOR, 2019).

A partir de tais prerrogativas, as produções que surgiram ao longo dos últimos anos passaram a refletir não apenas sobre as práticas de diferenciação em relação às mulheres no âmbito da militância política, mas no próprio uso do corpo feminino como ente político (CONRADI, 2015). Tal aspecto pode ser melhor compreendido a partir de estudos como o de Joffily (2010) que retrata o corpo como um campo de batalha, o qual foi amplamente utilizado pela repressão nas práticas de tortura e demonstração de poder político. Segundo a referida autora,

> Na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero – o não ser possível admitir que a mulher possa ter uma postura de igual para igual, a utilização de mecanismos de humilhação usando os atributos de gênero (JOFFILY, 2010, p. 228).

Dessa forma, ao analisarmos as diferentes abordagens e estudos acerca da militância feminina durante a ditadura, observamos que em sua maioria o

corpo é apresentado como aquele de maior artificio político, tanto pelas práticas de coerção, quanto de resistência. Como destaca Foucault (2014), o corpo aqui é observado como algo político, onde este está mergulhado em relações de poder e sujeição, onde a punição por sua "transgressão" é dada como direito do estado. Por outro lado, como pontua o próprio autor, as práticas de poder também produzem suas resistências. Este aspecto, inclusive, é algo que acompanhou as inúmeras mulheres que sofreram em seus corpos as mais desumanas ações do regime.

Ainda sobre as mulheres na ditadura militar, devemos nos atentar para o fato de que as mulheres atuaram em diferentes frentes de luta ao longo das mais de duas décadas que o regime ditatorial se manteve ativo no Brasil. Assim, na clandestinidade, nas lutas pela anistia, nos aparelhos partidários as mulheres foram de suma importância (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Outro campo de atuação de presença feminina durante a ditadura foi a luta armada, algo que passou a ser um campo de estudo com novos estudos nos últimos anos, um exemplo é o trabalho de Ribeiro (2018), "Mulheres na luta armada", que apresenta a ação feminina na Ação Libertadora Nacional (ALN). Segundo a autora,

> Quando mulheres tomaram parte de muitas ações armadas, alterando a imagem feminina da guardiã natural de valores pacíficos – a tese não se concentrou essencialmente no estudo da guerrilha armada, mas quis demonstrar a formação de redes políticas mais complexas e interdependentes. Espaços estes que ficaram marginais, seja pela própria imagem da mulher em sociedade, seja pela dinâmica de atuação política clandestina (RIBEIRO, 2018, p. 21).

Obviamente não tencionamos medir níveis de militância e/ou importância, algo que infelizmente acabou acontecendo ao longo do tempo, desqualificando militantes em detrimento de ações de outras. Dessa forma, compreender que os partidos políticos, bem como os diferentes grupos de atuação contra a ditadura foram diversos não apenas em sua concepção orgânica, mas no campo das ideias se torna valioso. Uma vez que permite entender que as mulheres que militaram no período não eram um grupo homogêneo, mas, que tinham suas diferentes formas de encarar questões como feminismo, política e cultura (CAVALCANTI JUNIOR, 2019). Em relação à participação na luta armada,

especificamente, esta foi resultado das próprias exigências das mulheres, uma vez que “o modelo masculino era considerado o ideal para a guerra e, por isso, os dirigentes não se dispunham a perder tempo em discutir a questão da mulher” (TELES, 2017, p. 82).

Quanto à inserção da luta armada no processo histórico brasileiro, esta já havia sido pensada no Brasil antes mesmo do golpe de 1964, algo que se deu tanto pela proposta de uma nova forma de governo, bem como pela própria influência das Revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959) (GORENDER, 1987). Com a deflagração do golpe, em 1964, e o início das perseguições políticas, o PCB, partido de maior representatividade na época, optou por uma linha mais pacífica, a partir de um modelo leninista (OLIVEIRA, 2017).

> Na concepção leninista, o partido, especificamente o partido revolucionário, deve se conformar como uma força de vanguarda na medida em que desmascara em público as forças políticas da classe dominante (OLIVEIRA, 2017, p. 15).

Tal posicionamento gerou uma série de insatisfações e cisões, algo que originou inúmeros grupos e partidos com pensamentos distintos, a exemplo do PC do B. Este último, seguindo uma linha ortodoxa, baseada em princípios marxistas-leninistas, a partir do modelo Chinês, Maoísta, via que a luta armada era a única alternativa para se alcançar o socialismo (CAMPOS FILHO, 1997).

A partir dai, tendo o PCB e o PC do B, como exemplos, observamos dois projetos distintos. Enquanto o primeiro via a alternativa pacífica como um processo de transição para o socialismo, o segundo considerava uma guerra popular prolongada o melhor caminho (SEGATTO, 1995). Assim, notamos até aqui, que houveram diferentes frentes de luta, partidárias, movimentos de cultura etc contra a ditadura, e por mais divergentes que fossem, em algum aspecto, partiam de um ideário comum. E foi dentro desse projeto que o PC do B colocou em prática seu projeto de luta no campo, deflagrando a Guerrilha do Araguaia e enviando seu efetivo para a região (CAMPOS FILHO, 1997).

Sobre a escolha de quem iria para a região, não há uma clareza quanto as premissas que basearam o partido. Contudo, estudos apontam para algumas características, que vão além das constantes perseguições, seriam elas: “conhecimentos técnicos que servissem à guerra popular, familiaridade com a

vida no campo ou origem sertaneja e, principalmente, destaque na atuação política anterior, o que comprovaria o compromisso do militante com o partido" (MECHI, 2015).

As guerrilheiras do Araguaia

Sobre a participação feminina na guerrilha do Araguaia, do efetivo de mais de sessenta militantes, participaram ao todo dezesseis mulheres. Divididas em destacamentos, como já mencionamos, estavam assim dispostas: no A, Criméia Schimmdt, Helenira Resende, Lúcia Maria, Jana Moroni e Maria Célia. No B estavam Suely Yumiko, Dinaelza Santana, Luzia Reis, Luiza Garlippe, Regilena da Silva Carvalho e Walkíria Afonso. Por fim, no C, estavam Áurea Valadão, Dinalva Oliveira, Maria Lucia Petit e Telma Regina. Outra mulher na composição foi Elza Monnerat, que ficou responsável pela estruturação da guerrilha, além de levar as/os militantes para a região (MORAIS E SILVA, 2005).

Destacamos que a opção por apresentar todas as mulheres que foram para o Araguaia se dá no combate ao esquecimento histórico e no objetivo de que sejam reconhecidas de forma igual perante a militância que realizaram. Uma vez que, como destaca Rago (2013):

> Para além do recorte de classe, é fundamental considerar a dimensão do gênero na avaliação da produção autobiográfica, lembrando que as biografias e autobiografias masculinas se encontram muito mais disponíveis nas livrarias, nas bibliotecas e nos arquivos do que aquelas escritas por mulheres e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista. Trata-se, portanto, de perceber a dimensão feminista na própria construção discursiva da subjetividade e na subversão dos padrões literários socialmente instituídos, a exemplo do gênero autobiográfico, tradicionalmente masculino (RAGO, 2013, p. 34).

A partir do pensamento de Rago (2013), e pondo-se a refletir sobre a produção de trabalhos biográficos ou autobiográficos sobre as mulheres em diferentes períodos da Ditadura e também na guerrilha do Araguaia é possível constatar uma lacuna. Até o fechamento deste texto só há o conhecimento das obras de Bercht (2002) "Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat", Maia

(2004) “Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes”; Ribeiro (2007) “Helenira Resende e a Guerrilha do Araguaia” e Padrr (2020) “Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro”. A primeira, conta a trajetória da militante Elza Monnerat desde sua inserção na política, a segunda, como destacam os autores é um trabalho de conclusão de curso impresso na modalidade livro-reportagem, que apresenta as biografias das guerrilheiras: Telma Corrêa, Walkíria Costa, Luiza Garlippe e Suely Yumiko. Já a obra escrita por Ribeiro (2007), destaca a vida e a militância política da guerrilheira Helenira Resende, a qual teve o reconhecimento pelos grandes feitos pela própria composição militante, que após sua morte batizou o destacamento que atuava, o A, com seu nome. Por fim, Padre (2020) faz um estudo sobre a vida militante de Dinaelza Coqueiro e a luta pela reparação e memória a partir de sua família.

Sobre o perfil das mulheres, segundo Guerra (2006), do quantitativo feminino que foi ao Araguaia, onze eram estudantes universitárias e com experiência na militância estudantil. Outro aspecto mencionado é a origem urbana de sua maioria, destacando a pouca relação com o campo, ainda que nos casos de algumas, a exemplos de Dinaelza e Dinalva, tenham nascido no interior do estado da Bahia (MORAIS e SILVA, 2005).

Sobre o papel desempenhado pelas mulheres no Araguaia, ao realizarmos um levantamento acerca das lideranças no Araguaia, observamos que apenas uma delas chegou a um cargo de comando. Trata-se de Dinalva Oliveira, a Dina do Araguaia, que se tornou subcomandante do destacamento C (MORAIS e SILVA, 2005). Posto isso é possível refletir sobre quais eram as prerrogativas para que as mulheres pudessem assumir os altos postos de comando? Indo além, e pensando no período como um todo, é possível novamente questionar, quantos partidos durante a ditadura tiveram mulheres como lideranças? Tais questionamentos se tornam a base para entender que por mais preparadas que foram, as mulheres precisavam se sobrepor para ter voz de comando, ainda que não em forma de cargos propriamente estabelecidos (COLLING, 1997).

Em meio aos estudos sobre o Araguaia e as mulheres, estes ainda são poucos, algo que se mostra diferente quando se pensando em biografias ou

abordagens sobre a presença masculina. Obviamente que não é medir quem foi ou foram importantes para a militância, mas propor reflexões que analisem que ainda há na história do referido episódio uma representação masculina. Segundo Rago (2013),

> Para além do recorte de classe, é fundamental considerar a dimensão do gênero na avaliação da produção autobiográfica, lembrando que as biografias e autobiografias masculinas se encontram muito mais disponíveis nas livrarias, nas bibliotecas e nos arquivos do que aquelas escritas por mulheres e, mais ainda, das que assumem uma perspectiva feminista. Trata-se, portanto, de perceber a dimensão feminista na própria construção discursiva da subjetividade e na subversão dos padrões literários socialmente instituídos, a exemplo do gênero autobiográfico, tradicionalmente masculino (RAGO, 2013, p. 34).

Em linhas gerais, percebemos uma predominância em temáticas que buscam explicar o que foi o Araguaia e como se deu o combate, ainda que apresentem informações sobre as diferentes mulheres que lá estiveram. Nesse aspecto temos, por exemplo, a obra “Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha” de Morais e Silva (2005). Com isso, notamos que ainda pouco se conhece/fala sobre o que foi a Guerrilha do Araguaia, mas, principalmente sobre quem foram as mulheres e quais as ações das que lá estiveram.

Segundo apresentam os estudos já destacados, no Araguaia as mulheres desempenharam diferentes funções, algo que não se restringia a preparação para a guerrilha em si, mas, também na preocupação com a realidade das pessoas que moravam nas regiões que passaram a morar. Dessa forma, exerceram funções como professoras, parteiras etc sendo muitas delas reconhecidas pelos próprios moradores. Isso pode ser observado na entrevista de Dona Domingas, moradora da região, à Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2013:

> Eu qualificaria eles, assim como pessoas boas, pessoas que estavam a trabalho da comunidade, sem maldade. Eles inclusive cuidaram de muitas pessoas lá, pessoas doentes. Eu mesmo, tenho um menino que tá até aqui em casa, eu "tava" grávida nessa época e até ia perder esse menino se não fosse a Dina, la fez meu tratamento com Dr. Paulo (...) (CNV, 2013).

Nas análises de documentos e entrevistas fornecidas pela CNV, percebemos que o sentimento de agradecimento às ações realizadas é algo comum, principalmente pela falta de cuidados que a região ficou exposta durante a ditadura[3]. Assim, os pertencentes da guerrilha do Araguaia passaram a prestar serviços que não apenas desenvolvia a politização, mas, também o social (CAMPOS FILHO, 1997).

Sobre a função de parteira, ou relacionada à saúde, estudos apontam que algumas mulheres tinham formação nas áreas de medicina e enfermagem. Como exemplo, temos Lúcia Maria de Souza, codinome Sônia, que cursou até o 4º ano de medicina no Rio de Janeiro, Criméia Schmidt, chamada de Alice e Luiza Garlippe, codinome Tuca, que cursaram enfermagem (MORAIS e SILVA, 2005).

Sobre a função de professora, desempenhada pelas militantes, mais uma vez não faltam exemplos, dentre elas podemos mencionar, Maria Lúcia Petit (Maria), Dinalva Oliveira (Dina) e Jana Moroni Barroso (Cristina), lecionando no primário e alfabetizando adultos (MERLINO & OJEDA, 2010).

Embora as ações femininas destacadas anteriormente forem importantes no enfrentamento às dificuldades encontradas no Araguaia, se faz necessário pontuar que não ficavam restritas a estas, algo que poderia as enquadrar com relativa passividade ao episódio no Araguaia. Nessa perspectiva, devemos salientar que, por exemplo, Dinalva Oliveira, foi uma das pessoas mais procuradas no Araguaia pela repressão, tendo até hoje um misticismo acerca de sua morte e suas habilidades de sumir aparecer nas matas, vide suas capacidade técnicas e habilidades (MORAIS e SILVA, 2005; MERLINO e OJEDA, 2010). Além dela, Dinaelza, a Mariadina, ficou conhecida por sua valentia e coragem, sendo uma das mulheres que tinham um forte apresso na região (MORAIS e SILVA, 2005). Da mesma forma como Luiza Garlippe, codinome Tuca, assumiu a condição de comandante médica da guerrilha com a morte do militante João Hass Sobrinho (MERLINO e OJEDA, 2010). Tais prerrogativas, exemplificadas, apontam que as mulheres estiveram nas

[3] O método da história oral nos possibilita uma série de problematizações acerca do uso de entrevistas nos trabalhos historiográficos. Contudo, aqui não serão apresentadas, visando o foco nas ações das mulheres guerrilheiras.

diferentes frentes de atuação no Araguaia, fossem nas questões sociais, bem como da militância em si.

Em meio a todo o embate ocorrido no Araguaia, é possível observar algumas questões, a exemplo das relações de gênero. No caso de Dinalva Oliveira, esta foi para a guerrilha juntamente com seu companheiro Antônio Monteiro. Porém, sua personalidade, postura e preparo em lidar com a vida cotidiana, em uma cultura patriarcal, fizeram como revertesse o imaginário de gênero, onde seu companheiro passou a ser conhecido com Antônio "da Dina" (MORAIS e SILVA, 2005). Tal ocorrido foi algo incomum, pois não houve outro no Araguaia. Além disso, devemos levar em consideração, como destaca Colling (1997), que muitos documentos da repressão, não apenas traziam um olhar pejorativo para a presença feminina na política, como também atribuíam que elas estarem na militância penas para acompanhar seus companheiros (COLLING, 1997). Porém, o que observamos nas trajetórias das mulheres que foram ao Araguaia é o contrário, embora tivessem sonhos e opiniões individuais, optaram por um projeto politico que acreditavam ser o correto naquele momento e que potencializado com as perseguições migraram para a região norte do Brasil. Segundo Colling e Cavalcanti Junior (2019),

> Se a história política é uma coisa de homens a história da ditadura militar no Brasil é a radicalização da invisibilidade do feminino. A mulher militante política, engajada em partidos políticos de oposição à ditadura, não era encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder. Apesar de tantas mulheres, juntamente com os homens, lutarem pela redemocratização do país, foram excluídas dos relatos históricos e das documentações sobre o período (COLLING e CAVALCANTI JUNIOR, 2019, p. 50).

Analisando documentos do período, pertencentes ao banco de dados do projeto Brasil Nunca Mais[4], a partir de uma breve pesquisa, é possível observar que em sua maioria, as mulheres são apresentadas como pertencentes á alguém, indo muito além da construção de um simples papel. Uma vez que, até

[4] O Brasil nunca mais surgiu a partir do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sob sigilo durante cinco anos, totalizando mais de 800 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar (STM). A partir do site, qualquer pessoa pode ter acesso e fazer pesquisas por palavras, sendo hoje uma ferramenta importante no processo de pesquisa e luta pela memória. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/ Acessado em 26/05/2020 às 14:36

mesmo quando se trata especificamente de uma ação realizada por uma mulher, a referência utilizada pela repressão continuava sendo a do companheiro (ROSA, 2013). Tais observações vão de encontro àquilo que entendemos sobre a forma como as militantes eram representadas, destituídas de participação, algo que não condiz com os estudos destacados neste breve texto e nas inúmeras outras produções sobre o tema.

As mulheres que foram para a guerrilha do Araguaia abriram mão de planos pessoais em prol de uma concepção coletiva de mundo, tendo como pressupostos a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, independentemente de sua vida. Por outro lado, devemos compreender que a ideia não parte de um processo de heroicização dessas mulheres, pois recairíamos em um erro, mas compreender que foram protagonistas de seus atos e posicionamentos políticos (CONRADI, 2015). Para uma proposta de artigo, mencionar as ações de todas não sobraria espaço, mas, entendemos que as que aqui foram mencionadas, como exemplo, trazem um significado importante e representam as demais. Algo que em muito tem a contribuir para futuros estudos acerca da história das mulheres e consequentemente para a historiografia da ditadura militar no Brasil.

Considerações Finais

A história das mulheres trouxe contribuições significativas para a historiografia, dentre elas a importância de se analisar as configurações do “ser mulher” nas diferentes sociedades que ao longo do tempo se constituíram. Com isso, o combate àquela história, dita “oficial”, norteada apenas por feitos masculinos passou a ser constantemente repensada e combatida. Não se tratando de negar o que foi feito, mas de agregar novos sujeitos e novas problemáticas.

No âmbito da ditadura militar, ainda que ao longo da primeira metade do século XX, conquistas importantes tenham sido alcançadas, o período contribuiu para que muitas prerrogativas conservadoras voltassem de forma mais intensa.

Tal aspecto pode ser representado pelo simples fato de que ao ingressaram em causas políticas, muitas mulheres passassem a ser mal vistas e carregando os estigmas de uma cultura enraizadamente patriarcal (COLLING, 1997).

Com isso, compreendemos a importância na elaboração de estudos que discutem a história das mulheres, uma vez que contribuem para uma perspectiva de mulheres como protagonistas. Entendendo que ousaram romper com padrões de época, concepções sobre seu corpo e leis que as cerceavam da própria cidadania.

A guerrilha do Araguaia ainda carece de maiores discussões acerca de suas militantes, suas guerrilheiras, as quais resistiram em igual força aos outros companheiros que lá estiveram. Logo, o breve artigo sugere que tais possibilidades possam ser aprofundadas e novos estudos sobre elas possam ser realizados. Algo que temos certeza farão avançar os debates e as reflexões de gênero e história.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984) Bauru. SP: Edusc, 2005.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Lembranças do golpe-1964. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 28, p. 8-21, 2014.

BERCHT, Verônica. **Coração vermelho: a vida de Elza Monnerat**. Anita Garibaldi, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, L.M. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998

CAVALCANTI JUNIOR, Ary Albuquerque. **Três mulheres e uma história de luta pela democracia e pela liberdade**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____; CAVALCANTI JUNIOR, Ary A. Militantes e guerrilheiras. **Revista Espacialidades**, v. 15, n. 01, p. 47-61, 6 nov. 2019.

CONRADI, Carla Cristina N. **"Memórias do sótão"**: vozes de mulheres na militância política contra a ditadura no Paraná (1964-1985). 2015. 267 fl. Tese (Doutorado em História) – Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2015.

COSTA, Albertina de Oliveira *et al*. **Memórias das mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, n. 25, p. 83-106, 2005.

COSTA, Ana Alice A.; SANTANA, Ediane Lopes; SOBRAL, Rebeca. As mulheres e as marchas da Família com Deus pela democracia e pela liberdade na Bahia. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Queiroz de Carvalho. **Reparando a falta:** dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: NEIM/UFBA, 2005. p. 135-151.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. RAMALHETE, Raquel. Petrópolis, RJ: Editora: Vozes, 2014.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. **A esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GUERRA, Fabiana de Paula. **Araguaia:** desvelando silêncio (atuação das mulheres da Guerrilha). 84p. Monografia (Bacharelado) –Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História, UFU, Uberlândia, 2006.

JOFFILY, Olivia. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 225-245

LIMA, Gilneide de Oliveira Padre. **Do corpo insepulto à luta por memória, verdade e justiça**: um estudo do caso Dinaelza Coqueiro. 238f. Tese (doutorado) –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

MAIA, Iano Flávio de Souza. **Guerrilheiras do Araguaia**: os caminhos de quatro jovens militantes. (Orgs) MAIA, Iano Flávio de Souza; SIQUEIRA, Renata

Coimbra e Dantas; SAVIGNANO, Verónica María. Campinas: Puc-Campinas, 2004.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia:** trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2015.

MERLINO, Tatiana e OJEDA, Igor (Orgs). **Direito à memória e à verdade:** luta substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia:** Os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Editora Geração. 2005

MOURA, Mariluce. **A revolta das vísceras**. Rio de Janeiro: Codreci, Coleções Edições do Pasquim; v. 125, 1982.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres**: relato de uma experiência. In: cadernos Pagu (4) 1995.

OLIVEIRA, Eder Renato de. **Entre a Reforma e a Revolução**: O PCB e a Revolução Brasileira. 157 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Bruno. **Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

RIBEIRO, Maria Cláudia B. **Mulheres na luta armada**: protagonismo feminino na ALN (Ação Libertadora Nacional). São Paulo: Alameda, 2018.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista brasileira de história**, São Paulo, V. 27, nº 54, 2017, p. 281-33.

MORAIS, Taís. SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Editora Geração. 2005

TEDESCHI, Losandro Antônio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Lembranças de um tempo sem sol...In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Sheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. pp. 284-292.

_____. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. Alameda Casa Editorial, 2017.

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à brasileira: 1964-1985**: a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.